

# Como recuperar o atraso?

## **Discriminação Positiva - Ações Afirmativas: em busca da igualdade.**

LIGOCKI, Malô Simões e LIBARDONI, Marlene (org.).

São Paulo: CFEMEA/ELAS, 1996.

A organização social de gênero com primazia masculina e, por conseguinte, com inferiorização das mulheres, data de aproximadamente seis milênios. Embora a dominação dos homens tenha variado de grau e forma no espaço e no tempo, subsiste nos dias atuais. Até a década de 1960 os papéis que a sociedade atribuía a homens e mulheres eram opostos e apresentavam pouca flexibilidade. Com o nascimento do feminismo contemporâneo no segundo lustro do decênio mencionado, muitas mulheres passaram a encarar a vida com mais agressividade e, portanto, a competir mais bravamente por funções até então consideradas exclusivamente masculinas. Assim, a partir da década de 1970, o mercado de trabalho de muitos países ocidentais passou a receber contingentes femininos crescentemente mais numerosos. Feministas reivindicavam/reivindicam ações afirmativas (ou ações positivas), ou seja, políticas públicas que permitissem/permitam às mulheres penetrar em certos campos de atividades e ganhar terreno em várias dimensões da vida num ritmo mais elevado do que aquele que vinha ocorrendo.

Desta forma, os Estados Unidos têm uma prática de ações afirmativas de cerca de três décadas. Elas permitiram a mulheres, negros e hispanos ter acesso a universidades, quer como estudantes, quer como docentes, a postos de trabalho mais bem remunerados e mais bem conceituados, ao campo da elegibilidade *de facto* para cargos legislativos e executivos etc..

No Brasil, o PT estabeleceu 30% como cota

de participação de mulheres em seus cargos diretivos. A deputada federal Marta Suplicy conseguiu fazer aprovar um projeto de lei estabelecendo cota de 20% de candidaturas femininas nas últimas eleições municipais. É verdade que a deputada propôs 30% e só se conseguiu aprovar 20% e também é verdade que sua proposta previa o cálculo por dentro, tendo acabado prevalecendo o cálculo por fora. Isto é, a deputada propôs que as mulheres representassem 20% do total de candidatos, tendo funcionado, entretanto, o cálculo por fora: as mulheres representaram 20% dos candidatos masculinos. Isto significa uma perda de 2,5%, tendo as mulheres comparecido com 17,5% das candidaturas às eleições municipais de 1996. Desta sorte, os 30% iniciais ficaram reduzidos a pouco mais de a metade. Mesmo assim, o país experimentou um avanço notável no número de vereadoras e prefeitas.

O livro *Discriminação Positiva - Ações Afirmativas: em busca da igualdade*, publicado por CFEMEA/ELAS em 1996, constitui texto básico para os que se interessam por conhecer dispositivos legais que, existentes em vários países europeus, têm auxiliado mulheres a galgar posições mais valorizadas. Efetivamente, o artigo de Paola Cappellin, além de explicar conceitos, apresenta apreciável levantamento de medidas públicas no sentido de facilitar para as mulheres a transposição de barreiras sociais na reformulação da atual organização social de gênero em direção a menor desigualdade em relação aos homens.

Malô Simões Lopes Ligocki fez importante estudo comparado da legislação laboral de diversos países das Américas, da Europa e até do Oriente. A igualdade de oportunidades é examinada através de muitos programas. Trata-se, pois, de texto útil não apenas para quem deseja conhecer este fenômeno, mas também para os que têm intenção de intervir na realidade social brasileira.

Roberto Bocaccio Piscitelli escrutina projetos de lei da Deputada Rita Camata e, como

economista, aprecia o impacto econômico-financeiro dos incentivos fiscais que estabelecem. Vale a pena conhecer este impacto, assim como saber como trabalha o legislativo.

Cristina Bruschini, mais uma vez, ilumina com tabelas e análises a compreensão dos movimentos das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, na década de 1980, comparando duas regiões: Nordeste e Sudeste.

O livro contém, ainda, pronunciamentos de participantes do Seminário A Mulher no Mun-

do do Trabalho: em busca da igualdade, realizado em Brasília, em 1996.

Trata-se de leitura agradável e de uma referência para consultas, que poderão resultar em transformações positivas não apenas para mulheres, como também para outras categorias igualmente subalternizadas.

HELEIETH I. B. SAFFIOTI ■

## Um enfoque inovador

**O Salário da Liberdade: profissão e maternidade, negociações para uma igualdade na diferença.**

---

ARDAILLON, Danielle.

---

São Paulo: Annablume, 1997.

---

O livro de Danielle Ardaillon é um bom exemplo para aqueles que estão dando seus primeiros passos no caminho da pesquisa, no sentido de aprender como se faz. O livro reproduz tal qual sua dissertação de mestrado. A escrita na primeira pessoa, marcada por um tom pessoal - incomum na literatura acadêmica - é o estilo próprio da autora, que mantém um diálogo constante com a bibliografia que utiliza, com as suas entrevistadas e com o leitor.

Organizado em cinco capítulos, o primeiro explica as razões da pesquisa, contextualizando a elaboração das hipóteses a partir do processo de mudanças estruturais na posição das mulheres na sociedade brasileira, que se revelaram tanto no crescimento da taxa de participação da mulheres no mercado de trabalho como nas transformações ocorridas no campo da reprodução, por exemplo a drástica queda da taxa de fecundidade. Essas mudanças despertaram na autora o interesse em verificar se também as tradicionais divisões sexuais das tarefas no ambiente doméstico teriam sido afetadas, uma vez que o salário feminino, muitas vezes, não é considerado fundamental para o orçamento do-

méstico e grande parte das tarefas domésticas acabam sendo delegadas a outras mulheres.

Sua pesquisa privilegia as mulheres de classe média, que trabalham fora de casa e com pelo menos um filho. Justifica a escolha deste segmento social pelo "discurso modernoso" que reivindica dessas mulheres eficiência e sucesso, tanto no mercado de trabalho como na vida pessoal e familiar, colocando como desafio a conciliação do trabalho, do desejo de ser independente, com as exigências de constituir família, educar filhos, e o compromisso de construção de uma vida em comum com o parceiro.

Entre as dezesseis entrevistadas, há quatro mulheres negras. Cuidado que valoriza sua pesquisa, especialmente pela ausência de estudos que focalizem mulheres negras de camadas médias e com nível de escolaridade superior.

No segundo capítulo, as entrevistadas falam sobre suas relações com o trabalho e aqui surgem as primeiras pistas que levam o leitor a compreender o título do livro. O trabalho é visto por essas mulheres como "essencial" para o seu desenvolvimento pessoal, também para a relação conjugal e para a renda familiar, mas é principalmente valorizado por ser distinto do trabalho doméstico. O salário ganho pode não ser suficiente para garantir a independência financeira, mas ele é a ponte que poderia estabelecer a igualdade entre homens e mulheres; afinal, se ambos ganham, ambos deveriam dividir as atribuições domésticas. O dinheiro permite a individualização, ao tornar a pessoa responsável por si mesma; no caso destas mulheres, abre espaço para questionamentos em torno da lógica que estrutura as relações entre os casais, o que não necessariamente significa mudanças

concretas no cotidiano. O dinheiro ganha no estudo de Ardaillon um enfoque inovador, ao destacar o valor simbólico que o "ganhar o próprio dinheiro" promove, não se restringindo, como em outros estudos, à renda ou ao salário.

Essas mulheres, profissionais e mães, organizam seu cotidiano entre o trabalho remunerado e a rotina doméstica. Diante das dificuldades em articular dois territórios com exigências distintas, buscam soluções no uso de novas tecnologias, como, por exemplo, o congelamento de alimentos, para poupar tempo. Ardaillon nos fala disso no terceiro capítulo, entremeando com explicações de uma ex-professora de congelamento. Embora esse recurso não promova nenhuma alteração nos papéis de gênero, permite ao menos aliviar essas mulheres da rotina diária de correr ao supermercado e pensar no que fazer para alimentar a família, ou aliviar a empregada doméstica para que possa se dedicar mais aos filhos, tranquilizando a mãe que trabalha fora.

Ah, a maternidade! Mais um papel entre outros para serem vividos? Não para a autora, que examina no quarto capítulo as dimensões que essa "inter-relação dinâmica de indivíduo para indivíduo apresenta na vida doméstica". Afinal, ser mãe é a realização, mas é também o que desmorteia. O modelo cultural de maternidade, aquele de dedicação integral aos filhos e à casa, é fonte de angústia porque não se adequa às aspirações das mulheres e à rotina do trabalho profissional. Ao não romperem com a responsabilidade exclusiva pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com os filhos - embora possam amenizar essas atribuições com a ajuda de empregados domésticos -, essas mulheres revelam, como a própria autora diz, a ambigüidade entre os valores que ostentam e os comportamentos que assumem. Se essas mulheres conquistaram seu espaço no âmbito público, com direitos e deveres iguais a todos os indivíduos, o mesmo não podemos dizer do do-

mínio privado. Aqui, como Ardaillon destaca, os "direitos e deveres são tudo menos iguais àqueles dos indivíduos masculinos com os quais elas dividem suas vidas afetivas e sexuais" (p.147).

Essa constatação inspira, no quinto capítulo, as críticas da autora ao individualismo e à repressão do contrato sexual, e suas reflexões teóricas sobre os conceitos de diferença e autonomia, e de igualdade e liberdade, a partir dos argumentos de Carole Pateman<sup>1</sup>. Este capítulo explora as concepções dessa autora e alerta para a armadilha na qual a igualdade jurídica pode nos enredar, camuflando a desigualdade social e a privada.

Contudo, há uma questão que deixo para ser avaliada pelos leitores. Os argumentos apresentados neste último capítulo parecem enfatizar a subordinação das mulheres como algo dado, e que poderíamos interpretar como uma unilateralidade nas relações entre homens e mulheres. Ora, mesmo sendo os contratos (de emprego, de casamento, de prostituição) elaborados por uma maioria masculina, e que presumem o consentimento, como Ardaillon mesmo observa, esses contratos pressupõem também a possibilidade de rompimentos, de resistências, de redefinição dos critérios. As mulheres, profissionais, mães, anônimas neste livro, são as vozes ativas dessa possibilidade, cujo cotidiano é permeado por pequenas rupturas.

É preciso salientar que o livro de Danielle Ardaillon e as questões que suscita fazem acreditar na importância e na necessidade de pesquisas sobre o domínio privado, principalmente porque, passados dez anos após as falas dessas mulheres, a desigualdade de gênero é ainda um fantasma a ser exorcizado.

---

<sup>1</sup> PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988. (Existe edição em português pela Paz e Terra.)

# A canonização da margem nos estudos literários

**Travessia:** revista de literatura - nº. 29/30.

Gêneros ex/cêntricos

Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, 352p.

Nos departamentos de literatura a palavra gênero, hoje, é fortemente vinculada aos gêneros literários e não aos estudos das relações entre os sexos. É verdade que nos últimos dez anos algo mudou. Esse algo é sinalizado na edição da revista *Travessia*, dedicada à "literatura fora-da-lei".

O tema desse número especial de *Travessia* é "gêneros ex/cêntricos", que na publicação foi subdividido em cinco itens: à margem do cânone, à margem do gênero, à margem da lei, à margem do percurso e à margem da disciplina.

*Travessia* sempre foi uma publicação voltada para os estudos literários. Neste número, no entanto, a editora Ana Luíza Andrade afirma que a "validade" da literatura está vencida. Ponderemos: ao contrário dos produtos dos supermercados, a "validade" da literatura não pode ser mensurada e muito menos pelas últimas tendências da crítica e da academia norte-americana. Creio que a literatura (seja ela fora-da-lei ou não) se encontra em algum lugar muito além da discussão sociológica ou psicanalítica proposta pelos novos estudos, pois sua vitalidade está na condição de obra de arte e de campo de estudo fértil para as diversas disciplinas que nos últimos anos vêm, com eficiência e pertinência, fazendo leituras dos textos literários. Já o que é literário sempre foi polêmico desde o dia em que se inventou a Ciência da Literatura. O que se passa no meio acadêmico, no entanto, é uma necessidade de alargar o campo dos estudos literários, tornando parte destes outros discursos e perspectivas de análise crítica.

Dentre as diversas tendências de análise da literatura, a que vem ganhando primazia na academia norte-americana, como ilustra a professora Heidrun Krieger Olinto em seu artigo *Estratégias de Canonização nas Letras*, são os Estudos Culturais. Para Frederic Jameson, nos Estudos Culturais os intelectuais saem de sua torre de marfim ao realizar uma aliança entre a cul-

ta de rua, a cultura dos movimentos sociais e a cultura acadêmica. Nos Estados Unidos, essa nova forma de conceber uma antropologia cultural ganhou vários adeptos e um problema, como nos mostra Heidrun: uma enxurrada de textos e mais textos, cuja qualidade deixa a desejar.

Nos dois primeiros ensaios de *Travessia*, John Beverley, professor da Indiana University, e Heidrun K. Olinto, da PUC do Rio de Janeiro, trazem para discussão a emergência dos Estudos Culturais também como uma nova forma de abordar o literário. Para Beverley, que no ensaio *Por Lacan: da literatura aos Estudos Culturais* propõe uma psicanálise da literatura, a "questão dos Estudos Culturais como uma alternativa ao currículo 'literário' tradicional das humanidades" deve ser relativizada. Inserido numa realidade acadêmica bastante diversa da brasileira, Beverley assume os Estudos Culturais como uma invenção da esquerda acadêmica. Segundo ele, para tornar os Estudos Culturais aceitáveis para professores universitários e administradores seria necessário "diluir o potencial ideológico-epistemológico dos movimentos e grupos sociais fora da universidade e mantê-los separados das ciências naturais e da esfera tecnológica das escolas profissionalizantes".

Os Estudos Culturais surgiram como o resultado epistemológico dos movimentos sociais da década de 70. É bom enfatizar que eles são frutos de movimentos sociais muito europeus e norte-americanos, pouco condizentes com a realidade dos países latino-americanos, que no momento de "libertação" das classes subalternas do primeiro mundo se aprofundavam em ditaduras militares, em um embate com a censura e, principalmente, em alianças circunstanciais como a do movimento feminista com a Igreja Católica, no Brasil. Partindo desse princípio, o que temos a ver com os Estudos Culturais? Ou mesmo com a idéia de uma pós-modernidade e de uma globalização?

No fundo, não estariam todos esses nomes encobridores um processo de hegemonia econômica e cultural dos países tecnologicamente mais poderosos sobre os demais? É uma questão a ser pensada e analisada, já que consumimos esses termos e essas idéias com a mesma facilidade e entusiasmo que temos ao adquirir relógios Swatch ou computadores IBM. Não propo-

nho, de maneira alguma, uma busca pela autenticidade brasileira ou qualquer coisa do gênero, já que isso seria modernista demais. Mas, me pergunto, até onde essas inovações da academia norte-americana encontram ressonância na produção cultural brasileira ou servem de pressuposto teórico para a mesma? Até que ponto elas são aplicáveis em outro cenário senão o norte-americano? Por exemplo, quando os norte-americanos falam em estudos pós-coloniais estão se referindo à colonização dos Estados Unidos pelos latino-americanos e outros grupos periféricos. Nós teríamos que voltar quinhentos anos para tratar de semelhante assunto. Este é um exemplo bem grosseiro, mas se tivéssemos espaço poderíamos nos estender à crítica feminista e à de gênero.

No artigo sobre as estratégias da canonização das letras, a professora Heidrun, ao discorrer sobre os números estratosféricos de publicações americanas<sup>1</sup>, aponta involuntariamente a nossa precariedade: onde estão as revistas especializadas? onde estão as editoras pequenas interessadas em textos recém saídos de pesquisas e onde estão as pesquisas?

O que vemos são meia dúzia de revistas, algumas editoras universitárias, e raras editoras comerciais que se interessam apenas pelo livro acadêmico quando este traz um grande nome pela frente ou um assunto polêmico que pode lhe render certo marketing cultural positivo e até mesmo vendas. Mas não temos formado um sistema mercantil de idéias como os americanos e estamos longe de ter.

Essa falta de circulação de idéias sem dúvida traz um grau de ostracismo à academia brasileira. A professora Heidrun finaliza seu artigo apontando o papel do intelectual - acredito que ela fala de um *scholar* norte-americano. "Cabe a ele, hoje, mais do que nunca, assumir sua função que, de modo indubitável, liga suas atividades, em grande parte financiadas por verbas públicas, com questões urgentes e emergentes de seu tempo. Sem pretensão de devolver à sociedade um mapa perdido, mas de motivar, em caráter permanente, discussões em torno de propostas de como lidar com o difícil multicomplexismo atual". Dessa maneira Heidrun

finaliza seu discurso sobre o papel do intelectual nos Estudos Culturais: um intelectual engajado, inserido nos problemas de sua época.

Lúcido é o artigo de Nelly Richard sobre a condição centro-marginal na pós-modernidade. Com muita sagacidade, Nelly se pergunta: "qué modificaciones introduce - dentro de ese reticulado Centro/Periferia - la crítica post-moderna al paradigma universalista (centrado) de la Modernidad?" E nos responde que as grandes posições anteriores entre dominação e dependência "se disolverían ahora en una pluralidad heterogénea de micro-enfrentamientos de poderes y resistencias locales mucho más segmentados que antes".

No item específico sobre gênero se destacam os artigos de Caren Kaplan e Cláudia de Lima Costa. Ambas fazem uma retrospectiva crítica de alguns conceitos básicos dos estudos feministas na literatura e na antropologia. São artigos claros, objetivos e bastante informativos sobre a teoria feminista e sua tentativa de se estabelecer como tal no cenário acadêmico. Como abordei acima, no Brasil, os estudos de gênero nos departamentos de literatura ganharam muitos adeptos nos últimos dez anos e um exemplo desse crescimento é o sucesso do Seminário Nacional Mulher e Literatura, atualmente em sua sétima edição. A inserção da perspectiva feminista nos estudos literários vem sendo aplicada sistematicamente pelas novas gerações de mestrandos e doutorandos visto o número de interessantes estudos apresentados no último Seminário, em setembro deste ano. O interesse pela questão de gênero já não é tão "marginal" e tende, com o tempo, a ser canonizado como uma perspectiva analítica da obra literária (se já não foi).

Sem dúvida, esse número de *Travessias* sinalizou um campo de estudo que há tempos vem sedimentando-se nos departamentos de letras. Sentimos falta, no entanto, de artigos sobre a situação dos estudos de gênero e mesmo sobre a introdução dos Estudos Culturais no Brasil. O que se passa nos EUA já sabemos de cor. A caixa-preta, no entanto, continua aqui.

VALÉRIA LAMEGO ■

<sup>1</sup> Segundo a professora, "professores universitários americanos produziram, num espaço de dois anos, aproximadamente, um milhão de artigos e 300 mil livros, o que perfaz uma média diária de 410 livros e 1.370 artigos, a maior parte presumidamente publicada pelas 3.277 revistas e séries listadas no Directory of Periodicals, da MLA."

# Os paradoxos da vida privada na sociedade colonial

## História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa.

MELLO E SOUZA, Laura de (org.).

São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 523 p.

Baseada no êxito editorial, e no sucesso de crítica e de público, da coleção francesa dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, a *História da Vida Privada no Brasil* em quatro volumes, sob a direção de Fernando Novais, corresponde ao trabalho conjunto de historiadores brasileiros, cuja excelência das pesquisas e dos trabalhos já publicados, além da importância de suas vivências no nosso mundo intelectual e acadêmico, são os melhores indicadores do porte e da qualidade desta obra. Filiada à corrente historiográfica que ficou conhecida como Nova História, e que abriu aos estudos históricos novos problemas, novos objetos e novas abordagens, a importância deste projeto - e onde reside o seu maior interesse - é justamente a de aliar, através da eleição da vida privada enquanto objeto de análise, uma reflexão sobre os caminhos e as contribuições da historiografia contemporânea à discussão da especificidade do processo histórico da formação da sociedade brasileira.

É nesse sentido que o primeiro volume organizado por Laura de Mello e Souza - *Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa* - tem como preocupação reconstituir as manifestações da intimidade na Colônia portuguesa, procurando articulá-las com as estruturas mais gerais da colonização, e, ao mesmo tempo, explicitar as peculiaridades desse processo. Tarefa nada fácil, como admitem os organizadores, lúcidos quanto aos problemas que a utilização do conceito de privado impõe tanto em termos teóricos, quanto no que diz respeito a sua generalização para sociedades e tempos muito remotos. Não obstante, seus autores desafiaram os riscos e as dificuldades, apresentando-nos não apenas o produto de uma reflexão sobre as condições concretas de vivência da privacidade

de na Colônia, mas igualmente rediscutindo as indefinições e as tênues fronteiras entre os espaços público e privado, suas ambigüidades, suas interpenetrações, seu jogo de inversões numa sociedade que, além de colonial, era igualmente escravista. Um grande desafio mais do que superado por pesquisas e interpretações inovadoras, pela análise de documentos inéditos, por uma cuidadosa e atraente reconstituição iconográfica e pela composição de um livro que, se não esgota o tema - por si só infindável -, abre novas perspectivas de estudo e traz à luz um sem número de questões a serem debatidas, marcando definitivamente a historiografia brasileira.

Em suma, o maior mérito deste trabalho coletivo foi, entre tantos outros, a capacidade de historicizar um conceito já por si só problemático, ou, como diria Paul Veyne, a capacidade de cumprir a mais cara tarefa da História: "conceituar, a fim de delimitar a originalidade das coisas". Como afirma Fernando Novais no capítulo introdutório, *Condições de Privacidade na Colônia*, trata-se de um objeto plural, na medida em que o próprio viver em colônias carecia de uma unidade, tanto em termos territoriais, quanto no nível das mentalidades. A isso vinha se somar a estrutura estamental da mesma sociedade, calcada nos moldes hierárquicos do Antigo Regime, acrescida pela intransponível clivagem que separava, em pólos antagônicos e irreconciliáveis, senhores e escravos. Nesse sentido, a imensidão do território, a variedade de formas de povoamento, as distintas e sempre mutáveis maneiras de convívio nas distantes regiões da América portuguesa criaram uma rica diversidade para a sociabilidade dos colonos. Diversidade, mobilidade, dispersão, instabilidade são, portanto, conceitos privilegiados que lançam luz à formação da sociedade colonial e à experiência cotidiana de seus personagens, produzindo uma angustiante sensação de **descontingüidade**, não só em relação às demais partes da Colônia, mas sobretudo no que diz respeito aos modos de vida na Metrópole.

Ao citar Frei Vicente do Salvador, para quem "nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa", Novais nos remete à profunda ambigüidade, no mundo colonial, dos domínios do públi-

co e do privado. Ambigüidade que diz respeito não apenas a uma indefinição de fronteiras, mas sobretudo a uma indefinição da vivência de ambos os espaços. Esta indefinição, este jogo de inversões, mas também de interpenetrações e de profundas articulações serão os objetos privilegiados de análise dos estudos que compõem este volume.

O segundo capítulo, *Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações*, de Laura de Mello e Souza, adentra os longínquos sertões da América portuguesa distantes da costa e da influência européia, prescrutando "privacidades insólitas e improvisadas" por aqueles que estenderam as fronteiras da colônia, caçando índios, procurando pedras e metais preciosos, defendendo o território dos vizinhos hispânicos, lutando com tribos hostis. A autora, em estudo absolutamente original e inovador, traça um verdadeiro perfil deste mundo em movimento, "onde os homens inventavam arranjos familiares e relações interpessoais ao sabor de circunstâncias e contingências", quase sempre adversas e refratárias à vivência do privado nos moldes da civilização européia: "vivências que, no limite, inviabilizavam a intimidade, ou levavam a um isolamento tal que a própria vida ficava ameaçada". Nos pousos de expedições sertanejas, nos acampamentos de fronteira, nas fortalezas remotas dos confins do território submetido ao rei de Portugal, Laura persegue as estratégias de sobrevivência dos colonos, seus medos, doenças, lazer e morte, descobrindo as formas insólitas com que aqueles homens e mulheres tentaram "recriar a domesticidade e organizar, mesmo de forma provisória, hábitos reguladores do cotidiano".

O terceiro capítulo, *Famílias e Vida Doméstica*, de Leila Mezan Algranti, contempla o âmbito das casas, espaço privilegiado de vivência da intimidade. Descortina as diferentes formas de organização das famílias na sociedade colonial, enfatizando a multiplicidade e as especificidades de suas funções de acordo com as características regionais da colonização e a estratificação social dos indivíduos. A autora realiza uma belíssima análise da cultura material dos domicílios coloniais, discutindo sua arquitetura, sua divisão espacial interna, recuperando o equipamento doméstico dos colonos, os objetos de uso caseiro e pessoal, discorrendo sobre seus hábitos cotidianos, suas refeições, seus rituais de higiene, cuidados com os doentes etc.. Palco das atividades cotidianas de senhores, agregados e escravos, as casas coloniais tradu-

ziam na sua arquitetura e na sua dinâmica interna uma função muito mais ampla e diversificada. Mescravavam convivência familiar e produção, lazer e trabalho, o que leva Leila a concluir que "a distinção clássica entre público e privado não se aplica à vida colonial (...), pois o privado assume conotações distintas daquelas adequadas à nossa sociedade atual".

O quarto capítulo, *Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o calundu*, de autoria de Luiz Mott, tece uma arguta interpretação das manifestações religiosas na Colônia. Insiste na "proeminência da religiosidade privada entre nossos antepassados", relacionando-a à "inexistência, rarefação ou grandes dificuldades da cristalização de uma religiosidade pública e eclesial", devido às grandes distâncias do território, à insignificância da vida urbana, ao reduzido número de ministros, de templos e da própria comunidade cristã. Não obstante, demonstra com maestria como os ritos religiosos e sincréticos da sociedade colonial se constituíram em um "contrapeso socializador significativo para compensar a dispersão espacial e isolamento social dos colonos". Revela como muitos atos e ritos potencializados pela fértil e sincrética imaginação popular, ao misturar práticas piás e heterodoxas, foram condenados pela Igreja como sacrílegos, e identificados à idolatria. Afinal, sagrado e profano não possuíam limites claros na Colônia, matizados pelo encontro de culturas e crenças européias, indígenas e africanas. Se o espaço privado e secreto das casas era utilizado para o desvio da ortodoxia cristã, onde devoções pessoais e práticas supersticiosas eram ritualizadas, nos matos e florestas, na calada da noite, longe das cidades, das fazendas e dos olhares de clérigos e senhores brancos, cultos e rituais africanos tiveram lugar. Segundo o autor, "tais práticas heterodoxas remetem-nos a dois aspectos peculiares do mundo colonial (...): de um lado, a tênue fronteira entre a piedade lícita e a condenada pela hierarquia, do outro, a indiferença, para não dizer comprometimento, do clero luso-brasileiro vis-à-vis tais práticas supersticiosas".

Ronaldo Vainfas, autor do quinto capítulo, *Moralidades Brasileiras*, prescreta as formas que assumiram os mores e as práticas sexuais na Colônia, utilizando fontes documentais produzidas pela justiça eclesiástica e inquisitorial. Como bem lembra o autor, se hoje o sexo é algo que diz respeito ao indivíduo e ao foro íntimo, nos tempos coloniais a Igreja considerava a sexualidade matéria de sua alçada. Por outro lado, no campo das moralidades populares, Deus e o Diabo,

cópulas e orações, sagrado e profano andavam juntos, conferindo “às relações sexuais, ao menos em parte, o aspecto de um rito religioso”. Ao mesmo tempo temático e metodológico, o capítulo de Vainfas nos reconduz à análise do processo de “aculturação de mão dupla” deflagrado pela colonização portuguesa na América, que se baseou em uma “sexualidade pluriétnica”. Debruça-se sobre o padrão concubinário das relações sexuais e amorosas dos colonos, remetendo-se ao seu íntimo parentesco com a escravidão, quer indígena, quer africana. Embora defenda a grande difusão do matrimônio cristão, inclusive entre a população escrava, afirma: “sexo pluriétnico, escravidão, concubinato, eis um tripé fundamental das relações sexuais na Colônia”.

De forma sumamente insigante, retoma os argumentos já citados nos demais estudos mencionados: a inexistência de espaços próprios para o desenvolvimento de uma sociabilidade privada, a falta de privacidade dos domicílios marcados pela convivência de uma família extensa, abertos aos olhares indiscretos dos vizinhos, locais simultaneamente de morar e produzir. A ausência de privacidade no viver da sociedade colonial levou à “inespecificidade e extrema visibilidade dos espaços eróticos”. As casas - sempre devassadas - estavam longe de ser o espaço privilegiado para as relações sexuais, sobretudo as ilícitas. Daí o grande paradoxo quanto aos “lugares do prazer” nas terras brasílicas: “um espaço, por assim dizer, público, como era o mato ou a beira do rio, poderia ser mais apto à privacidade exigida por intimidades secretas do que as próprias casas de parede-meia ou cheias de frestas”. Portanto, na Colônia, o público cedia lugar ao privado, ou “o uso da sexualidade andava longe da privacidade e podia divorciar-se, ainda mais, da domesticidade”.

Mary del Priore inicia o sexto capítulo da coleção, Ritos da Vida Privada, analisando o **borrador** - “espécie de rascunho em que registrava (...) cartas pessoais e anotações financeiras” - de um decadente senhor de engenho baiano, documento do qual transparece uma consciência marcada pela vivência da família extensa, pela lógica da linhagem, pelo imperativo das alianças e pelo primado dos interesses. Da escrita do fazendeiro, em meio a uma ou outra referência à vida íntima, sobressaíam suas estratégias de *status*, seu jogo de aparências, seu desejo de nobilitação, de prestígio público, sentimentos afinados aos valores do Antigo Regime. Porém, naquelas sociedades pouco per-

meáveis às questões da vida íntima, lunários ou prognósticos encontraram grande circulação, como demonstra o existente no mesmo borrador. Utilizados como marcadores do tempo, serviam como ordenamento da vida cotidiana que se desenrolava na esfera do lar: continham conselhos sobre a conservação da casa e dos mantimentos, sobre a forma de tratamento das doenças, sobre os cuidados com a higiene etc.. Através de sua análise a autora desvenda não só os pequenos rituais do cotidiano, mas igualmente os grandes ritos da existência, como o nascimento, o batismo, o casamento e a morte, ritos que, marcados pela religião, dividiam-se em etapas cumpridas no mais íntimo do espaço doméstico e, portanto, privado.

O sétimo capítulo, O Que se Fala e o Que se Lê: língua, instrução e leitura, de autoria de Luiz Carlos Villalta, nos remete ao espaço multilíngüístico da América portuguesa. Defendendo o predomínio das “línguas gerais” em algumas regiões, afirma ter sido principalmente no âmbito do privado que conheceram sua difusão e perpetuação, devido à presença de mulheres índias. O português, quando existente, prevalecia no espaço público: “era aprendido por aqueles poucos que freqüentavam a escola dos padres, utilizado nos documentos escritos e cerimônias, possuindo, assim, um caráter mais propriamente oficial do que público”. Soma-se a esta “miscigenação lingüística”, o latim, língua culta por excelência, presente nos colégios e nos livros que compunham as bibliotecas privadas dos letrados coloniais; e os vários dialetos africanos, atualizados nos quilombos, nos batuques e nos calundus. Villalta chama a atenção para os diferentes significados da educação/instrução na sociedade colonial, altamente estratificada e hierarquizada, o que conferiu ao ensino escolar, monopolizado pelo Estado e pela Igreja, um caráter elitista e ornamental, “voltado para a perpetuação de uma ordem patriarcal, estamental e colonial”. Obviamente dele foram excluídos os homens pobres, os pardos e os negros escravos - e também as mulheres. Sobre livros, bibliotecas e saberes, demonstra que eram, do ponto de vista do poder metropolitano, “fonte de inquietação, de questionamento e, no limite, de ruptura dos laços coloniais”. Era nas casas, principalmente as urbanas, que se reunia a “boêmia literária” da Colônia, que já em fins do século XVIII lia e discutia em voz alta os autores proibidos. E conclui: “Engastando-se na oralidade originalmente privada, a boêmia literário-política, assim, insinuou-se sobre as ruas, açodando o público e,



talvez por isso, pondo a perder os vagos planos de rebelião”.

O último e oitavo capítulo da coletânea, *A Sedução da Liberdade*, escrito de forma absolutamente sedutora por István Jancsó, refere-se aos planos de revolta ou sedições que pontuaram as últimas décadas do sistema colonial em Minas Gerais, Rio de Janeiro, e Bahia. Através destes movimentos o autor discute a politização da vida privada. Por meio dos conceitos de conspiração e transgressão, afirma que “na trajetória de cada um dos eventos em que isso se manifesta, as dimensões privadas e públicas da vida social se articulavam de maneira diversa das convencionais, uma vez que, confinados no restrito espaço da vida privada, os coloniais revelam, nas sedições, sua disposição de franquear os limites do que era tido por público, negando o sistema que os excluía”. Analisando cada caso particular, deslinda nas diferentes regiões, segundo os grupos de homens que protagonizaram as revoltas, diferenciados pela riqueza, hábitos e projetos, a dialética assumida pelo público e pelo privado. Se em Minas Gerais os espaços privilegiados para as conspirações foram as casas - que possuíam condições de assegurar a privacidade - e no Rio de Janeiro as sociedades literárias, em Salvador, pela distinta condição dos homens que as protagonizaram - pobres e pardos - “o espaço da privacidade estava principalmente nas ruas e locais ermos da cidade”. Demonstra como a percepção da dependência colonial limitava os projetos pessoais daqueles indivíduos, fazendo muitas vezes com que a ruptura da subordinação política tivesse desdobramentos na vida privada. Em suma, através de uma interessantíssima análise, István Jancsó nos conta como as diferentes relações entre os planos de sedições e os projetos individuais de seus personagens podem lançar luzes à íntima natureza do “viver em colônias”.

Nesse sentido, sem dúvida que os estudos contidos no primeiro volume de *História da Vida Privada* desvendaram muitos dos aspectos da íntima natureza dos colonos. Se não podemos detectar naquela época, como nos dias de hoje, o contraste claramente estabelecido entre o público e o privado, isto se deve ao fato de estes dois domínios não estarem ainda total e distintamente “territorializados”. E sobre isso nos

falam os diferentes capítulos desta obra pioneira no tema escolhido e nos assuntos priorizados para discuti-lo, obra inovadora ao fecundar a historiografia sobre o período colonial com novos problemas, novos objetos e novas abordagens.

Creio, no entanto, que faltou um capítulo específico sobre a mulher, ou mesmo a infância, objetos de outros trabalhos de autores da coletânea. Embora as mulheres sejam mencionadas em quase todos os capítulos, elas aparecem pouco, e quase sempre como coadjuvantes: mulheres da elite, voltadas para o casamento e responsáveis pela organização doméstica, muitas delas, viúvas ou casadas, na ausência dos maridos, assumiam a direção dos negócios e fazendas; mulheres dos segmentos inferiores da população que, não raro, eram chefes de domicílio; mulheres acusadas de práticas homoeróticas, tão mal compreendidas pelos inquisidores; ou fadadas a aprender exclusivamente a coser, a lavar, a fazer rendas, e todos os mistérios “femininos”. Não obstante Leila Algranti adianta que “no espaço do domicílio, e no que toca aos costumes domésticos, a figura feminina ganhou destaque, embora seja inegável que sua importância e influência na colonização não ficaram restritas à esfera doméstica, pois até nas bandeiras elas estiveram presentes, compartilhando com os homens inúmeras aventuras e o trabalho do dia-a-dia”. Certamente, além de todos os outros méritos que fazem deste livro uma obra indispensável não apenas para a compreensão da sociedade colonial, mas sobretudo por alinhar a historiografia brasileira a novos caminhos metodológicos e interpretativos, sua importância consiste em abrir a possibilidade de inclusão de outros tantos temas e personagens, como a infância ou as mulheres, enquanto protagonistas das incursões dos historiadores - e leitores - no domínio da vida privada. Afinal, como diria Georges Duby, “il faudrait toutefois ne pas oublier parmi tous ces hommes qui seuls, vociférant, claimaient ce qu'ils avaient fait ou ce qu'ils rêvaient de faire, les femmes. On ne parle beaucoup. Que sait-on d'elles?” (*Le Chevalier, La Femme et Le Prête*, Paris, Hachette, 1981).

MARIA FERNANDA BICALHO ■

# Apenas uma é Capitu

## Duas Meninas.

SCHWARZ, Roberto.

São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Virginia Woolf considerava que, enquanto cabia ao crítico lidar com o passado e com os princípios da obra examinada, a quem faz a resenha caberia uma descrição pormenorizada dos novos livros, à medida que saíssem do prelo. E acrescentava: conseguindo magoar o autor e persuadir o público a comprar ou a se abster de fazê-lo. Quando fazia resenhas, Virginia Woolf preferia dirigir-se aos autores dos livros, para lhes dizer porque gostava ou não de seus trabalhos, confiando que desse diálogo o leitor comum pudesse extrair alguma informação. Já Leonard Woolf considerava que, em noventa e nove por cento dos casos, quem resenha nada tem a dizer ao autor e só lhe compete dirigir-se ao leitor.

As resenhas de professores - e a minha não foge à regra - aproximam-se de pareceres que às vezes informam e outras vezes deformam a compreensão dos leitores, desviando as contribuições do livro resenhado para os interesses dos que fazem a resenha. Neste caso, praticante de Análise de Documentação Histórica, dirigida basicamente para o campo da História das Mulheres, e amadora na área de Literatura e Teoria Literária.

As *Duas Meninas* de Roberto Schwarz são a *Capitu*, de *Dom Casmurro* de Machado de Assis, e Helena Morley, autora do livro *Minha Vida de Menina*, que o crítico intitulou de *Outra Capitu*.

As duas são extraídas dos respectivos textos por um mergulho penetrante, que leva o leitor à convicção de que jamais teria folheado a obra prima de Machado de Assis, publicada em 1899, nem o diário de Helena Morley, de 1894, publicado pela primeira vez em 1942. Trata-se de estudo que inclui a fortuna crítica da obra, a análise do processo criador e dos gêneros romance e diário, para examinar com lentes de aumento e filtros distanciadores a sensibilidade das duas meninas, seus interrelacionamentos sociais e históricos e o tratamento literário que lhes deram.

É possível que a excessiva densidade do texto crítico confunda o leitor desacostumado a mergulhos nessas profundidades. É também possível que o surpreenda uma desespecialização aqui, uma experiência repertoriada ali, uns dias impossíveis acolá, tudo isso num país invivível. Mas é muito compensador superar o espanto e prosseguir na leitura.

Ainda que o crítico assegure que não se trata de nivelar as duas *Capitus*, pois o livro de Helena Morley não é um romance, nem *Dom Casmurro* uma coleção de cenas de época, situando-se, portanto em chaves diferentes, a apresentação sucessiva das duas supõe uma equiparação duvidosa.

*Capitu* é personagem criada primeiramente por Machado de Assis, mas secundariamente pelo ciúme torturante do narrador - Bento Santiago. Seus decantados olhos de cigana, oblíquos e dissimulados não vêm fixar diretamente o leitor. São sugeridos, analisados e interpretados por um marido que se considera traído. Toda a engenhosidade de Machado de Assis ao criar Bentinho e *Capitu* com ambigüidades e contradições que se desdobram, não impedem que a *Capitolina* de Matacavalos e da Glória seja uma figura que aparece desqualificada sucessivamente em seus contornos por duas figuras masculinas, a partir de 1857 (meados do século XIX). Já a outra *Capitu* é autora de um diário escrito aparentemente sem pretensões artísticas, mas com uma função explicitada de guardar lembranças para o futuro, identificar alguma coisa que esclareça ou ensine a evitar armadilhas ou ainda mostrar à juventude moderna (de 1942) como era simples a vida que se levava em Diamantina, no limiar do século XX. Embora a tia professora achasse corriqueira a linguagem da sobrinha, essa mesma linguagem se mostra expressiva de alguém "avessa às marcas externas de distinção social e lingüística, sem figuras de linguagem nem rebuscamento sintático". Esta *Capitu* entra em comunicação direta com o leitor, transmitindo a ele sua experiência de menina da província, posterior ao fim da escravidão.

Essa diferença essencial entre as duas *Capitus* resulta no evidente fascínio do crítico pela menina de Diamantina, a quem dedica o dobro de páginas que à primeira, mas obstrui uma equiparação no exame de suas mentalidades.

A comparação entre as duas *Capitus*, duas meninas do século XIX, de famílias empobrecidas e dependentes de outras mais ricas, inconformadas e irreverentes, não pode sugerir uma equivalência, quando uma é quem escreve (é supostamente a autora do diário) enquanto a outra é sobre quem se escreve (ainda que quem escreve seja um criador de “milagres de organização impalpável do texto”). As duas aproximam-se também pela idealização de uma psicologia feminina da época (que se alterou de meados do século XIX para o fim do século) - têm uma natureza instintiva, estão confinadas a tarefas e sentimentos familiares e privadas do convívio direto com a estrutura social iníqua. As duas apresentam uma clareza mental, um gosto de cálculo e previsão, um senso das situações, uma constância de propósitos que, para a personagem de Bentinho, no interior da “gaiola da autoridade patriarcal” só poderia resultar em adultério, enquanto para a outra resultou num reconhecimento progressivo de sinceridade e capacidade criadora.

O desenvolvimento do processo do ciúme assassino de Bentinho resgata um a um os episódios que passa a ver como curiosidades maisãs, falsidades e cálculos utilitários daquela cujos olhos “longos e constantes tinham tido uma força que arrastava para dentro como a vaga que envolve, puxa e traga”. A estatura “apequenada” das personagens masculinas de Machado de Assis não conscientizam o crítico, nesse resgate, da percepção arrastada que Bentinho tem das situações, nem das dificuldades de enfrentar condições penosas, apelando a juras e ao perjúrio sucessivamente. Nem se detém na véspera do afogamento de Escobar, quando num instante de vertigem e de pecado Bentinho “apalpo os braços do amigo como se fossem os de Sancha” e não conseguiu mais esquecer inteiramente “a mão que teve entre os dedos, nem os olhos que trocaram”.

Sem a força da construção artística de *Dom Casmurro* e sem se afastar do dia-a-dia da vida da província, Helena Morley caracteriza, com muito senso de humor, ora positiva, ora negativa e alternadamente, as condutas próprias e alheias, as rivalidades entre os dependentes, as barbaridades dos primos mais ricos, que se acreditavam melhores, a lógica do obséquio e a lógica do dinheiro.

Fascinado pelo despojamento literário da escritora mineira, o crítico traça magistralmente os componentes múltiplos da estética irreverente e belicosa de Helena Morley. Aponta suas reações à ostentação social, à linguagem afetada,

à devoção fingida e aos narizes torcidos propondo se tal independência de espírito proviria do fato de ser uma criança, de ser uma mulher ou pertencer aos primos pobres de família poderosa. Não deixa de assinalar a situação “marginal” da menina, filha de pai inglês protestante e mãe mineira e católica. Sem serem condições determinantes, a situação subalterna e marginal pode constituir uma plataforma privilegiada de observação. O crítico liga ainda a prosa de Helena Morley a um gênero mineiro de humorismo e à “visualização precisa e a verbalização direta da sociedade provinciana e analfabeta, com uma memória absoluta dos acontecidos, do que foi dito, e da disposição das coisas”. Aí se enquadram muito bem as rumações da autora sobre o egoísmo diante da má sorte desdobrando-as no conflito entre atitudes individuais e o familismo paternalista, de uma região empobrecida que favorece expedientes e onde “as condições sociais são encaradas pelo ângulo do cálculo espontâneo das conveniências”.

Roberto Schwarz conclui que quando os cadernos foram publicados como livro, 50 anos depois de escritos, já na ditadura do Estado Novo, uma comparação com o grosso da literatura nacional era favorável ao diário de Helena Morley. “Sua forma quase desconvenionalizada coincide com a riqueza das relações internas” em contraste com o “verbalismo prestigioso, o culto à Ciência e ao Progresso e a pirotecnia bibliográfica, científica e filosófica”. Ainda que à margem da evolução literária, ao atribuir formas de ignorância e superstição que chegam a custar a vida tanto a brancos quanto a negros e fazer um encadeamento enxuto dos fatos em que parentes, vizinhos, gatos, frangos, frutas e verduras aparecem coloridos pelo desempenho de seus papéis, a outra *Capitu* incorpora o ponto de vista dos desvalidos, dos parentes pobres, dos ex-escravos, das mulheres, do trabalho, dos esfomeados, dos bichos e da criança. Aproxima-se aqui da vanguarda artística dos anos 30, para a qual o “nosso acervo de relações coloniais poderia ser um trunfo positivo, ao menos estético”.

O livro de Helena Morley foi publicado com o sub-título de *Cadernos de uma menina provinciana*, nos fins do século XIX, que parece ao crítico uma condescendência com escritoras juvenis, lugares atrasados e tempos idos. Também neste caso, a outra *Capitu* assume um traço feminino já estudado em diversas autoras - a auto-desqualificação ou o ocultamento, com vistas a uma publicação e uma recepção menos discriminatória.

Embora fosse possível falar de Duas Meninas, estas duas meninas não são comparáveis, ou, pelo menos, não poderiam ser tomadas como *Capitus*. A personagem de Machado de Assis é apresentada como uma calculista determinada ou quem sabe apenas mais inteligente que o marido, enquanto Helena Morley, como o

crítico termina observando, pode ser inserida na literatura brasileira entre os autores que apresentaram os fundamentos históricos e sociais em que a escravidão e a população pobre foi examinada.

MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE ■

## A exclusão começa cedo

### **Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.**

---

LOURO, Guacira Lopes.

---

Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

---

A categoria gênero não é ainda de uso corrente nos trabalhos da área de educação e a prática educativa raramente leva em conta que está posta para ela, no momento em que está se dando, a construção de gêneros... mas isso é coisa que todo mundo sabe. Na área de educação trata-se as crianças de crianças, as alunas de alunos, os estudantes de estudantes, as professoras de professores e estamos conversados. Não é nem de muito bom tom dizer meninos e meninas, alunos e alunas, professores e professoras. Mesmo quando a maioria dos "profissionais da educação" é mulher... ainda assim são professores. Na rede municipal de Belo Horizonte, há doze homens lecionando nas séries iniciais e são - por isso, é claro - todas professoras. Mesmo quando o recorte de um texto aponta claramente para mulheres em exercício de uma profissão, dizem "os professores das séries iniciais". Mesmo a uma platéia feminina diz-se "vocês, professores". A algumas já dói nos ouvidos e no coração: "alguma coisa não vai bem, eu não sou de quem falam". A outras isso passa despercebido, ou porque é natural que se fale assim, ou porque é correto. Falar em os/as é também chato, muito chato. É claro que é correto! As normas da língua mandam que se use o gênero masculino sempre que houver um desse tipo incluído; o Homem é toda a raça humana etc. etc.. Feministas, lúcidos e lúcidas de qualquer credo, já escreveram e falaram ad

nauseam sobre isso. Mas na área de educação seu eco tarda a ser ouvido. Não creio que em outras áreas das ciências sociais seja muito diferente, mas na educação a dificuldade em mudar preocupa e amola quem está vivendo a teoria e a prática, na medida em que é lá, nas séries muito iniciais, que começa a exclusão e a luta pela inclusão. É bem disso que o livro em questão trata.

Na Apresentação do livro - que, digo desde já, é muito importante e presta enorme serviço à área de educação -, Guacira Louro revê sua trajetória de professora e mulher participante do combate pela mudança. "Acho que não me via como feminista no final dos anos 60.(...) moça bem comportada, normalista e depois estudiosa de História. Ser professora era mais do que uma possibilidade, parecia um destino." Essa declaração vai ancorar-se historicamente com o que vai ser contado no primeiro ensaio do livro, A Emergência do Gênero.

Dividido em números - de 1 a 7 - titulados e sub-titulados, o livro é composto de ensaios que têm o formato e a medida certa para os fins a que pode se destinar. Uma coisa é o destino que um autor ou uma autora dariam a seu livro, quando sonham com isso no momento em que o estão escrevendo. E escrevem o texto, de uma forma ou de outra, exatamente porque "pensam" nesse leitor/a que é o que querem que leia o livro. Outra coisa é o leitor/a que o texto consegue produzir. É certo que um livro produz seu leitor/a e quando se trata de temas nos quais estão necessariamente implicados - mas não necessariamente conscientes disso - a leitura, o leitor/a e o livro fazem-se conjuntamente.

Pelo que Guacira Louro nos revela na Apresentação e por sua conhecida trajetória na área, este livro estava no forno já há algum tempo. Por exemplo, o GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero -

"que inventamos" (diz ela) há alguns anos não produziu apenas debates acalorados e aprofundamentos teóricos importantes. Ela não nos diz, mas sabemos que dissertações e teses foram - e estão sendo - produzidas e que cursos vêm sendo oferecidos, demandados e ministrados por membros do grupo. Ora, são essas coisas que fazem gerar um livro, sua oportunidade e seus possíveis leitores. Assim, o livro, pela leitura que fiz, pretende ser - e dá conta - um livro de 'introdução' que, sem abrir mão da densidade teórica, pode também ser lido por um público mais amplo.

Digamos...pode e não pode. É claro que as questões de gênero e, sobretudo, sua construção no campo da educação foram vivenciados por todos e todas aquelas que passaram por um processo de educação, seja ele mais amplo ou restritamente escolar. Afinal, a verdade é que ninguém escapa da educação! Mas, para bem e para mal, há questões teóricas no livro que, mesmo não estando artificialmente ou dificilmente elaboradas, requerem uma certa familiaridade com conceitos e com o vocabulário utilizado. Por exemplo: a mim agradou particularmente o último ensaio, Uma Epistemologia Feminista. Por várias razões: é denso, sem ser aborrecido; remete-nos a problemas e a posições a serem assumidas pela metodologia de pesquisa, indispensáveis hoje em cursos superiores, quando se trata de formar pesquisadores e pesquisadoras implicados pela subjetividade; trata e assume claramente uma posição a favor do feminismo. Esta é uma questão polêmica que vem sendo, digamos, ligeiramente negligenciada, quando se trata de abordar questões da História da Mulher. Em um livro importante, bonito e tão completo como o é o organizado por Mary del Priori, *História das Mulheres no Brasil*, faz falta um capítulo que aborde exatamente o feminismo, suas lutas e particularidades no Brasil. A autora, ao tratar de feminismo, em um momento em que movimentos sociais não dão mais visibilidade à questão e nas rodas sociais e acadêmicas é tratado como um tema risível, dá uma demonstração de seriedade e comprometimento com a perspectiva teórica que anuncia.

A estratégia textual a que Guacira recorre no início desse ensaio acolhe sua leitora e seu leitor e permite que estabeleçam com o texto um diálogo em que a dificuldade de dizer as palavras **epistemologia** (até pouco tempo tão restrita ao uso dos filósofos) e **feminista** (tão restrita ao uso de uma certa militância) faz eco com a dificuldade da autora que torna a possi-

bilidade de superá-la ao alcance de todos e todas. O que a autora sugere - com o que concordo plenamente - é que é preciso haver uma certa disposição para a instabilidade e para aceitar a perturbação como constituintes e construtoras do processo de produção do conhecimento. Tal como afirma Teresa de Lauretis, "...a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução".

É ainda nesse ensaio que sugere (com ênfase) a necessidade de se considerar a pluralidade e a contingência dos sujeitos envolvidos, tocando na questão do poder e retomando a questão das identidades. Quem trabalha ou já trabalhou com questões de gênero na área de educação sabe que há dois conceitos - que vêm do campo da sociologia, da antropologia e da psicologia social - que são extremamente difíceis de serem articulados: identidade e representação. Vale dizer que o/as pesquisador/as na área de educação têm a muito árdua tarefa de ter que trabalhar articulando conceitos e métodos de outras áreas com os problemas postos pela educação. Nem se pode estender a teoria e a conceitualização, pois corre-se o risco de perder o problema, nem se pode aligeirá-los, pois corre-se o risco de errar e faltar explicação. Tudo isso para dizer que uma outra contribuição que o livro de Guacira traz para a nossa área é a de não só expor os referidos conceitos com muita clareza, mas ao fazê-lo trazer o que há de mais novo na bibliografia que articula gênero e identidade e representação.

Embora seja uma preocupação da autora ao longo do livro estar remetendo o que expõe às questões de educação, há três ensaios que são particularmente atinentes à educação: A Construção Escolar das Diferenças, O Gênero da Docência e Práticas Educativas Feministas. Nesses três ensaios o/as estudiosos/as da área de educação vão encontrar um material rico para a continuidade de seus estudos. Os textos trazem dados históricos, por exemplo, sobre a feminização do magistério e a representação de professoras e professores, mostrando como fazer essas análises e indicando uma bibliografia nova raramente citada. É muito interessante também, e está perfeitamente adequada à perspectiva teórica em que a autora se coloca, a coragem que tem ao enfrentar a questão do poder, do feminismo e do exercício do poder. Todo mundo sabe que, apesar de tudo, o magistério é uma instância de poder, mas a vitimização que às vezes assola a categoria faz com que a professora - sobretudo ela - seja vista e se veja como uma pobre coitada indefesa e sujeita aos

desmandos e às diatribes do estado e da sociedade. O poder e os jogos de poder existem em qualquer instância e muito bem lembra a autora que "A construção de uma prática educativa não-sexista necessariamente terá de se fazer a partir de dentro desses jogos de poder".

A última parte do livro - que não é um ensaio - chama-se Para Saber Mais: revistas, filmes, sites, livros... e me faz lembrar, mais uma vez, de seus possíveis leitores e leitoras. Algumas vezes conseguimos ter uma colega de trabalho ou uma aluna que nos traz informações de um filme que se prestaria a uma boa discussão sobre, por exemplo, o sexismo na escola; mas nem sempre. Assim, a indicação aberta que faz de filmes que se prestam a uma discussão (tenho certeza que a autora adoraria receber novas indicações) é de enorme valia, tal como a indicação de revistas. Sabemos que a distribuição de revistas nem sempre corresponde à expectativa que seus editores ou editoras têm de colocar à disposição de um público maior artigos para o debate e troca de idéias; a distribuição tem dificultado a circulação e faz com que boas revistas fiquem muitas vezes restritas a um circuito regional, quando não institucional. Saber que determinados títulos existem já ajuda na hora de ir à biblioteca, fazer pedido aos livreiros ou buscar uma assinatura. Também os sites na Internet

dão uma contribuição muito interessante. Quando dizemos "navegar na Internet" estamos presumindo que o acesso aos endereços que nos interessam seja óbvio, isto é, acessando a Internet automaticamente chegamos aonde queremos. Mas há segredos aí e é a democratização da informação que possibilitará a reunião virtual de pessoas interessadas no mesmo tema. Assim, sites comuns como os do Yahoo ou outros menos, como os de bibliografias temáticas e ainda de autor/as, permitem um compartilhamento de idéias e ampliação do universo de discussão.

Por último, gostaria de chamar atenção para o fato de que as normas de citação bibliográfica - que a autora felizmente transgrediu ao longo do livro, mas mantém corretas nas Referências Bibliográficas - impedem o reconhecimento dos autores pelo sexo. Sobre feminismo e congêneres não são tão raras as mulheres que escrevem (aliás, há muito mais mulheres que homens), mas em outras áreas não são tantas e temos de vê-las escondidas atrás de iniciais de seus nomes que não deixam entrever sua mínima identidade, aquela que nos dá o registro civil. Quem será HARRIS, R.? ou MILLET, K.? é claro que está correta a citação. Mas será certo citar assim?

ELIANE MARTA TEIXEIRA LOPES ■

## Questões fundamentais de vida e saúde

### Tecnologias Reprodutivas: gênero e ciência.

SCAVONE, Lucila (org.).

São Paulo: Editora da Unesp, 1996  
(Seminários & Debates).

O livro *Tecnologias Reprodutivas*, uma coletânea de artigos, é um dos resultados de um seminário internacional e interdisciplinar (Gênero, Ciência e Tecnologias Reprodutivas), realizado em março de 1995, na UNESP, no Campus de Araraquara/SP. O tema que se tornou o eixo do evento foi o uso crescente das tecnologias reprodutivas - em seus aspectos contraceptivos e conceptivos - nas sociedades contemporâneas,

discutido em suas implicações sociológicas, políticas, éticas e na saúde.

O foco do livro é a denúncia do abuso das intervenções médicas centradas no uso de tecnologias, sem consideração pelo sujeito que as utiliza. Assim, o livro destaca a questão ética, que se torna premente nesta discussão, em face da maciça intervenção tecnológica no campo das práticas conceptivas e anticonceptivas, especificamente no corpo da mulher, onde estas tecnologias intervêm diretamente, afetando e, muitas vezes, ferindo sua autonomia.

O argumento do livro situa-se na fronteira entre a discussão militante feminista dos direitos reprodutivos e da sexualidade e a perspectiva de uma produção científica que se contrapõe ao racionalismo moderno que moldou a sociedade ocidental, "desconstruindo" seus pressupostos de verdade.

O livro divide-se em várias partes. A primeira refere-se a Gênero e Epistemologia e reflete uma polarização de referenciais para pensar o feminismo e a ciência atuais. De um lado, o feminismo é pensado a partir da proposta pós-moderna da dissolução do sujeito, irreduzível a uma lógica universal, em face das inevitáveis relações de poder, como mostra o artigo da historiadora Margaret Rago, com base em Foucault; de outro, aparece a concepção do feminismo - e dos movimentos de emancipação atuais em geral - como legítimo herdeiro do iluminismo, próximo do ideal iluminista de emancipação da pessoa, vivendo, assim, as consequências dos limites do próprio iluminismo, como é o caso do artigo do filósofo Roberto C. Martins.

O feminismo é analisado como uma forma de crítica - das mais radicais e consistentes, citando Boaventura Souza Santos - ao paradigma moderno de racionalidade científica, o que aparece na produção científica sobre gênero ou desigualdades sexuais, como mostra o artigo de Lucila Scavone, organizadora da coletânea e do seminário que lhe deu origem. A constituição deste novo campo de saber, então, aparece fundamentalmente articulada às questões levantadas pelo movimento feminista, enfatizando-se a importância da afirmação da diferença e a dimensão relacional dentro da reflexão sobre gênero, como reafirmam os comentários de Angela Arruda, psicóloga social.

O artigo da enfermeira Rosa M. G. Serpa da Fonseca focaliza o campo da saúde, a partir de uma revisão crítica das teorias interpretativas do processo saúde-doença, argumentando que a produção de saberes sobre a saúde da mulher tem ignorado a mulher como ser social, concebendo-a apenas a partir de suas funções reprodutivas-biológicas.

A segunda parte do livro, bastante diferenciada, trata das implicações sociais e de saúde dos avanços da contracepção, permeados por ambigüidades. Hélène Brétin, socióloga francesa, a partir de pesquisa sobre o uso de métodos contraceptivos injetáveis na França, discute a relatividade do chamado progresso em matéria de contracepção e seu caráter ambivalente. Segundo sua argumentação, para mulheres diferentes, diferentes métodos são usados (e recomendados), reproduzindo clivagens sociais e refletindo o acesso desigual a benefícios sociais. Fernanda Carneiro critica o predomínio da contracepção medicalizada em detrimento de métodos menos "predatórios" - como os métodos de barreira e o conhecimento da ovulação - e de novas posturas em relação à sexualidade.

Os comentários da enfermeira M. Solange Guarino Tavares complementam estas questões sobre as implicações das tecnologias reprodutivas para a saúde da mulher.

O artigo de Solange Dacache e Giselle Israel sobre o uso do produto anticoncepcional hormonal, cuja marca registrada é Norplant, em sua preocupação de denúncia, limita a argumentação. O mesmo pode ser dito da análise da jornalista Thaís Corral sobre a relação - não observada em outros países - entre o controle populacional e o aumento da pobreza no Brasil. A autora enfatiza as estratégias de resistência das mulheres brasileiras às políticas de controle e desconSIDERA outros fatores implicados nesta relação.

A terceira parte do livro dedica-se ao aborto. Lucila A.C. Vianna o faz do ponto de vista da epidemiologia. Num trabalho sério em que trata quantitativamente do problema, destaca o fato de que não existem estatísticas confiáveis para se avaliar a incidência do aborto provocado, alerta importante diante da irresponsabilidade com que se manipulam dados sobre este fenômeno, tanto entre os que defendem sua legalização quanto entre os que, de forma alarmista, esbravejam contra ela. O artigo de Rebeca de Souza e Silva, estatística de formação, comenta as questões e propostas discutidas no primeiro encontro latino-americano e do Caribe que reuniu profissionais de diferentes áreas para a discussão do aborto provocado. Também chama a atenção para as dificuldades de discussão de uma prática ilegal e, considerada, por muitos, imoral, cujos dados, por esta mesma razão, carecem de fidedignidade. O relato da enfermeira Janine Schirmer sobre a prática do aborto legal numa instituição de saúde, a partir de sua experiência na Itália, mostra as ambigüidades da questão, mesmo num contexto de legalidade.

A socióloga M. Lygia Quartim de Moraes, partindo do direito prioritário da mulher decidir sobre a gravidez, introduz o que chama de "o ponto de vista da criança". Em sua formulação, a relação entre as questões do aborto e da cidadania diz respeito não apenas aos direitos da mulher (ênfatizados nos comentários de Danda Prado), mas ao "direito da criança de ser desejada", evitando-se, desta maneira, o que chama de verdadeiros problemas: a violência familiar e social contra a criança.

O último bloco do livro refere-se às tecnologias reprodutivas e a suas implicações sociais, éticas e de saúde. Os artigos neste bloco também contrastam nitidamente. A socióloga

Alejandra Rotania oferece uma fecunda análise das implicações éticas do avanço das ciências da vida associadas ao progresso tecnológico, a partir da idéia de que este avanço significou uma profunda mudança ontológica, que não pode ser ignorada na discussão dos riscos e benefícios das novas tecnologias. Margareth Arilha igualmente pondera que as tecnologias conceptivas, desde que controladas pela sociedade como um todo, podem ter aspectos positivos, entre eles, o de realizar o desejo da maternidade. O artigo de Gena Corea, jornalista e escritora, que trata dos riscos da fertilização *in vitro* e das aberrações das pesquisas em torno desta tecnologia, e o de Fátima Oliveira, médica, que trata dos problemas relativos ao gênero, ao racismo e à bioética na medicina da procriação pecam, mais uma vez, por um tom denunciatório que, como em outros artigos anteriormente mencionados, limita a análise.

Destacam-se no livro a relevância e a atualidade dos temas, a perspectiva multidisciplinar de análise e a troca de experiências internacionais. O livro é, no entanto, desigual. Ao predomínio de uma análise rigorosa e cuidadosa da relação entre gênero/saúde e ciência, que faz sua leitura imprescindível, contrapõe-se em alguns momentos um *parti-pris*, que empobrece a questão. Pelas implicações políticas das tecnologias reprodutivas, que envolvem não apenas reflexão, mas intervenção, o livro dificilmente escaparia deste dilema, ao preço talvez de limitar seu alcance. Questões éticas e ontológicas - fundamentais porque dizem respeito a todos(as) nós, ao que a ciência faz, pode ou deve fazer de nossas vidas - foram colocadas, discutidas e analisadas. Merecem ser lidas com toda atenção e cuidado.

CYNTHIA A. SARTI ■

## As mulheres e o (seu) tempo

**Recherches Feministes**, vol. 9, nº 2, Québec, 1996.

O volume 9, número 2, da Revista *Recherches Feministes* - editada pela Universidade de Laval, em Québec, Canadá, - tem por tema *Les Âges de la Vie* (As idades da vida). A revista se propõe a mostrar como esse tema atravessa os principais debates sobre as sociedades atuais e seu futuro. De fato, como bem diz Françoise-Romaine Quéllette, na introdução do volume, algumas das grandes questões em jogo no momento, como a renovação das gerações, a inserção profissional dos jovens, e o aumento dos custos das despesas públicas de saúde e previdência para diferentes categorias de pessoas dependentes, são "diretamente ligadas a uma mutação ainda recente das temporalidades individuais e coletivas". Partindo do pressuposto de que as explicações sobre essas mudanças e sobre seus efeitos não podem se dar exclusivamente de uma perspectiva demográfica, o conjunto de artigos e notas de pesquisa (além de algumas resenhas) reunido nesse número da Revista realiza aproximações diversas - tanto no plano metodológico quanto

da escolha dos objetos de investigação - sobre as diferenças entre os indivíduos, as gerações e os sexos, tentando justapor e articular essas diferenças.

Os trabalhos apresentados por sociólogas, antropólogas e historiadoras canadenses, francesas e suíças, agrupam-se basicamente em torno de dois eixos. O primeiro deles remete mais fortemente para trajetórias individuais, ao analisar os modos de entrada - no feminino - nas idades, ou os itinerários esportivos diferenciados segundo o sexo, ou ainda a mobilidade de homens e mulheres diante da aposentadoria. O outro parte das noções de geração e categoria de idade, para estabelecer relações entre períodos determinados e as experiências efetivamente vividas pelos atores sociais. No seu todo, os artigos recuperam as experiências e a ação social de mulheres, no quadro de relações de idade e, paralelamente, limitadas pelo caráter estruturante das relações de gênero.

No primeiro bloco de textos, o trabalho de Denise Lemieux, *A Idade Adulta*, seus Limiares, seus Rituais e suas Fronteiras Incertas: Histórias de Vida de Mulheres de 30, toma as idades da vida como fonte de simbolização do tempo, e analisa discursos retrospectivos e prospectivos de mulheres adultas jovens de Québec, que vive-



ram sua adolescência no cenário de profundas mutações sociais dos anos 60. A autora recupera os rituais de entrada no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, viagens, de formação do casal e, principalmente, maternidade, para apontar "a fluidez e a reversibilidade" dos indicadores de passagem para a vida adulta. E demonstra igualmente como as diferenças e desigualdades sociais podem ser responsáveis: a) por um lado, pela precocidade de trajetórias de jovens das camadas populares, socializadas por identificação com a geração que as precedeu; e b) por outro, pela maior autonomia nas opções profissionais e pessoais (como a escolha da carreira e a continuidade dos estudos) das jovens do meio urbano, tanto as oriundas de camadas médias e burguesas, como as de origem social mais baixa que - vivendo em um contexto de democratização escolar - também se distanciaram do modelo de vida adulta observado durante a infância.

Hélène Desrosiers e Céline Le Bourdais, em *Crescimento das Uniãos Livres e Futuro das Famílias Biparentais* (estas últimas definidas a partir da chegada de um primeiro filho ou filha, para um casal onde os dois parceiros não têm outros filhos), propõem-se a estudar o processo de separação conjugal. Pretendem, depois de documentar a evolução das modalidades de formação de famílias, verificar até que ponto as mudanças observadas nas práticas conjugais influem sobre as chances das mulheres que vivem em famílias biparentais de experimentar uma ruptura da união. Os dados utilizados são originários de uma grande enquête sobre a família no Canadá, realizada em 1990, e as autoras analisam uma amostra de cerca de 3.000 mulheres de 25 a 64 anos, casadas formalmente, casadas formalmente após um período de coabitação, ou vivendo uma união livre, para concluir que: 1) vem crescendo o número de mulheres que têm o primeiro filho no seio de uniões livres; 2) mais de 40% das mulheres têm o primeiro filho ou filha depois dos 25 anos; 3) tem aumentado o tempo entre o início da união/casamento e o nascimento do primeiro filho ou filha; 4) as separações continuam sendo mais frequentes entre casais que vivem uniões livres, mas tem diminuído sensivelmente entre casais que formalizaram a união depois de coabitar por um período. As autoras constatarem, afinal, a importância crescente do "efeito de seleção", nos casamentos após coabitação, para a estabilidade das relações conjugais, mas apostam também nas possibilidades abertas pelos traços igualitários positivos das uniões livres, para mu-

danças futuras nas relações de gênero.

Em sua pesquisa sobre *Mulheres e Homens Aposentados*: figuras urbanas de mobilidade circulante, Monique Haicault e Sylvie Mazzella partem da noção de pluri-mobilidade, que consideram chave para a Sociologia Urbana, para pensar os deslocamentos de atores sociais pelo "sistema de movimentos" ou "território de circulação" em que se constitui uma cidade. Reconhecendo a especificidade de uma geração que conquistou a ampliação do acesso ao espaço público - principalmente para as mulheres -, não enfrentou o desemprego, experimentou a solidariedade intergeracional e exercitou o associativismo, as autoras analisam questionários e entrevistas com 276 "jovens" aposentados e aposentadas de menos de 70 anos de Marseille (França), morando sós ou acompanhados. Com isso, traçam um quadro da heterogeneidade de situações vividas e identificam "figuras sociológicas" mais ou menos "circulantes" no espaço urbano, em virtude do sexo, do capital econômico ou cultural, ou ainda da capacidade de negociação, na família ou internamente ao casal, pelo "direito à cidade".

Por sua vez Marie-José Manidi Faes nos dá conta de um estudo, realizado em Genebra, Suíça, sobre as práticas de esportes exercidas por mulheres e homens de mais de 55 anos que fazem parte de associações esportivas da cidade. Realizado em dois tempos, em 1993-1994 através de 4.742 questionários, e em 1994-1995 através de 24 entrevistas tipo histórias de vida com informantes selecionados a partir da primeira etapa, o trabalho explora a hipótese de uma temporalidade sexualmente diferenciada. Demonstra como homens e mulheres se distinguem em termos dos tipos de práticas esportivas - com as mulheres dedicando-se mais à ginástica e os homens a esportes variados - além de buscarem associações diferentes e praticarem o esporte de maneira distinta.

No segundo bloco de textos, o artigo de Christine Plette, *Mulheres, Velhice e Pobreza* em Paris na Primeira Metade do Século XIX, mostra como o novo quadro de envelhecimento da população francesa com o avanço da industrialização e da urbanização ganha, no período citado, uma outra dimensão. Usando dados históricos quantitativos (censos, registros de admissão em hospitais, hospícios e abrigos de mendigos) e qualitativos (documentos de agências de beneficência, material sobre reformas sociais e estudos de época), a autora traça um retrato demográfico e sócio-econômico da cidade dominada pela pobreza e demonstra a situa-

ção desfavorável das mulheres mais velhas (pelo critério adotado, com mais de 50 anos), "sobre-tudo as que estavam sós", em relação aos homens da mesma condição. Ignoradas pelos estudos sobre a classe trabalhadora em geral, essas mulheres não parecem ter desenvolvido também uma consciência de sua condição desigual, fato para o qual Piette sugere quatro fatores de explicação: a diluição dos velhos e velhas no processo de crescimento demográfico acelerado; a generalização da proletarização e da pauperização; a ausência total de uma tradição de reflexão sobre a condição específica das mulheres como grupo social; e, finalmente, a recusa, pela sociedade burguesa que se instaurava, em admitir essa face sombria e discriminatória de seu próprio avanço.

No artigo *Mulheres, mas Jovens Também...*, Madeleine Gauthier reflete sobre o quadro de indicadores que permite acompanhar a trajetória de mulheres jovens, com menos de 25 anos, e compará-la à dos homens da mesma coorte, mas também à das mulheres mais velhas. Tendo por pano de fundo o nível especialmente elevado (58%) de acesso de mulheres à Universidade no Canadá, a autora desagrega dados estatísticos por idade e sexo e acompanha a mobilidade ascendente dessas jovens mulheres. Madeleine acha que o presente período histórico é crucial, em função da reorientação do capitalismo que, sem a contrapartida reguladora do socialismo do Leste europeu e com a globalização da economia, tende a criar mais trabalho porém menos postos de trabalho, gerando novas desigualdades. E se pergunta se as jovens mulheres de hoje constituirão uma "geração decisiva" como a dos anos 60, capaz de romper com velhos paradigmas e transformar sistemas de valores no sentido de - como indicam algumas tendências e contrariamente às mulheres que as precederam - associar positivamente trabalho e vida privada, eventualmente trocando a paridade salarial e de poder em relação aos homens, por "ganhos" em nível familiar.

Finalmente Luise Toupin, com o artigo *Dos 'Usos' da Maternidade na História do Feminismo*, discute como o conceito de maternidade - dimensão central das construções sociais de sexo e gênero - tem dado margem, no plano das ações feministas, a interpretações contraditórias que ora julgam a equação mulheres-mães ultraconservadora, ora revolucionária. A autora defende a necessidade de historicizar os discursos

múltiplos sobre a maternidade, e para isso compara dois exemplos de mobilização feminina, um em torno da medida por pensão às mães necessitadas instaurada nos Estados Unidos em 1911, e o outro sobre a luta por abonos de família, implantados no Canadá após a 2ª Guerra Mundial. Com isso tenta marcar a distinção entre o uso "ideológico" e o uso "materialista" da noção de maternidade, e mostra como, em Québec, todo um esforço de reflexão sociológica e política vem sendo feito para, abandonando o domínio da "cultura da reprodução" - natural e antihistórica -, analisar as atividades das mulheres, dentro e fora da casa, como **trabalho**.

A revista apresenta, além dos textos acima, várias resenhas de trabalhos sobre a condição da mulher. Com isso, fica coberta uma ampla contribuição intelectual que vai de estudos sobre mulheres e religião (de Micheline Dumont, por Claudine Baudoux, de Andréa Richard por Ann Robinson e de Denise Veillette (dir.), por Louise Melançon), memórias de lésbicas (de Ann Robinson, por Line Chamberland), mulheres e trabalho (de Helena Hirata e Danièle Senotier, por Angelo Soares), mulheres e artes visuais (por Jacqueline Bluochard) e violência conjugal (de Maryse Rinfret-Raynor e Solange Cantin, por Dominique Damant), a outros sobre a escola primária mista (de Claude Zaidman, por Andrée Satanislas), a extrema-direita contra as mulheres (de Jo De Leeuw e Hedwige Peemans-Poullet, por Chantal Maillé), a migração, no feminino, na França e no Canadá (de Lucie Lequin e Mair Verthuy, por Monique Moser-Verrey), a influência do feminismo sobre o direito em Québec (de Louise Langevin (dir.), por Valérie Demers e Marie-Andrée Bertrand), passando também por um "romance intimista" (de Nancy Houston, por Marie Béique).

A *Recherches Féministes* com o referido volume temático nos oferece, portanto, uma bela oportunidade de pensar as relações de gênero à luz das relações de idade ou entre gerações: olhando a mulher e seu tempo, cruzando dimensões da experiência social de indivíduos ou grupos e recuperando, assim, a complexidade dos quadros de referências acionados para a configuração de identidades e para a reprodução ou superação da distinção - e da desigualdade - social.

# Operação de resgate ou o silêncio atrás das máscaras

**Baile de Máscaras.** Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua.

---

KUSHNIR, Beatriz.

---

Rio de Janeiro: Imago, 1996, 258p.

---

Um tema cheio de riscos e ambigüidades. Um grupo marcado por estereótipos, um mundo envolto em fantasias. Ao escolher as "polacas" e seus cáftens<sup>1</sup>, os imigrantes judeus envolvidos com o tráfico de escravas brancas - como se convencionou chamar a "importação" de jovens prostitutas da Europa para a América e, especificamente, para o Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX - para objeto da dissertação de mestrado em História que deu origem ao livro publicado pela Imago, Beatriz Kushnir sabia que iria enfrentar um desafio espinhoso. Se, ainda hoje, numa sociedade em que se alardeiam os avanços da liberalização da moral sexual, a prostituição é tida como uma atividade marginal e tratada como assunto tabu, que dirá nas primeiras décadas deste século e no contexto de uma comunidade imigrante empenhada em afirmar uma identidade positiva na sua nova pátria. Seja através de um discurso acusatório ou vitimizador, de ações policiais ou de cruzadas de resgate moral, os "legítimos representantes" das sociedades nacionais e das comunidades judaicas se aliavam num mesmo propósito: reprimir a prostituição e silenciar a sua fala.

Decidida a enfrentar o desafio de resgatar uma memória "apagada" pelo preconceito e pela repressão, entretanto, a pesquisadora não foi movida apenas pelo seu interesse em ampliar

o conhecimento histórico sobre um tema desprezado, mas, sobretudo, por acreditar ser esta uma via indispensável para uma compreensão plena da condição judaica em suas diferentes manifestações, sem temer incorporar seus aspectos contraditórios e marginais. É, então, com foco no conceito da "construção da identidade em suas múltiplas possibilidades, neste caso, voltado para um grupo marginalizado específico" (p.129), que desenvolve a pesquisa cujos resultados nos são apresentados em *Baile de Máscaras*. Neste sentido, seu trabalho se inscreve diretamente no interior da proposta de uma história dos excluídos, desenvolvida por autores como Michelle Perrot e Michael Pollak, que, denunciando o caráter de dominação da chamada história oficial, faz, conforme afirma este último, "da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica, e reabilita a periferia e a marginalidade", acentuando "o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional"<sup>2</sup>.

O título do livro, à primeira vista sem relação com o tema tratado, ganha sentido à luz desta perspectiva. Referido a uma imagem do filme de Juan Bautista Stagnaro, *El Camino del Sur*, sobre o tráfico de escravas brancas, ele evoca o momento em que, ao final de um baile de Carnaval na zona do baixo meretrício de Buenos Aires, dois personagens - um cáften e uma jovem prostituta -, que julgando-se desconhecidos haviam se aproximado e dançado juntos num jogo de sedução, retiram as máscaras e se descobrem irmãos. É um efeito análogo ao deste momento revelador do final do baile que Beatriz Kushnir pretende produzir através de sua pesquisa. Para tanto, vislumbra um caminho seguro: substituir o tabu e o estigma - as máscaras - presentes no discurso social dominante sobre o grupo, pelo discurso do próprio grupo sobre a sua trajetória - a sua verdadeira face.

Se apresenta uma saída, este caminho apresenta também uma dificuldade, que é comum às pesquisas sobre o passado de grupos

---

<sup>1</sup> Polacas era a denominação genérica dada a todas as prostitutas judias, qualquer que fosse a sua nacionalidade. Cáften, como eram chamados os rufiões, é um termo originado no sobretudo escuro e longo que caracterizava a indumentária dos homens judeus da Europa Oriental.

---

<sup>2</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, n° 3, p. 4.

marginalizados: a escassez de material. Seguindo as sugestões de autores como Carlo Ginzburg e Robert Darnton que propõem uma abordagem etnográfica da História, Beatriz Kushnir opta, então, por abrir mão de uma perspectiva totalizadora, perseguindo pistas inesperadas e valorizando os fragmentos encontrados na busca. É assim que acaba por centrar sua análise nos registros das associações criadas pelos imigrantes judeus, tanto homens quanto mulheres, que integravam a rede do mercado de prostituição estrangeira nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Buenos Aires e Nova Iorque e que dão conta de um período de entre quarenta e sessenta anos de sua história. Entre estes, os documentos da Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita do Rio de Janeiro, da Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita de São Paulo e da Sociedade Beneficente Religiosa Israelita de Santos, a que a pesquisadora pôde ter acesso direto, complementados por alguns depoimentos orais obtidos junto a pessoas que participaram diretamente destas instituições ou tiveram algum convívio com seus membros, são as fontes primárias em que se fundamenta a análise.

Ao contrário do que afirma a voz corrente, que classifica estas instituições na lógica do estigma, associando-a ao crime e à marginalidade - Jeff Lesser, por exemplo, se refere à sede da associação paulista como sede/bordel<sup>3</sup> - na interpretação de Beatriz, apolada numa leitura exaustiva e atenta de Livros de Atas, Livros de Registros e Estatutos e nas declarações de seus entrevistados, todas eram "associações de ajuda mútua de cunho beneficente e funerário baseadas em preceitos da religião judaica" (p.35) e devem ser entendidas como expressões de uma estratégia coletiva de construção de uma identidade judaica positiva. Uma alternativa, portanto, para o espaço de marginalidade a que o grupo se achava confinado pela ação da sociedade nacional e, fundamentalmente, das próprias comunidades judaicas. A importância da atividade funerária é reveladora da extensão desta exclusão: proibidas, em vida, de frequentar as instituições religiosas e de participar das várias esferas da vida comunitária organizada, as prostitutas, segundo os preceitos judaicos, só poderiam ser enterradas junto aos muros dos cemitérios, evidenciando, na morte e para a eternidade, o seu lugar à margem do social.

Sem desmerecer a seriedade da pesquisa, o interesse do material documental levantado, ou a pertinência da hipótese central da análise, *Baile de Máscaras* deixa no leitor, ao final, uma sensação de ausência e de não-dito. Quem são, afinal, as Zeldas, Sarahs, Angelinas, Fannys, Albertos, Celinas, Eugênicas, Berthas, Amálias, Evas, Bailas, Rebeccas e todos os protagonistas da história que Beatriz Kushnir se propõe contar e a quem dedica seu livro? Através da descrição minuciosa dos documentos das associações a que pertenceram, estes personagens nos são apresentados nos papéis de presidentes, vice-presidentes, secretários, procuradores, tesoureiros, zeladores, enfim homens e mulheres que compram terrenos, constroem sedes, organizam sinagogas e tomam tantas outras decisões e medidas econômicas, políticas e burocráticas. Nem uma palavra sobre suas outras atividades, nem uma menção importante ao fato de serem cântens e prostitutas. A não ser quando a autora faz referência ao discurso policial ou da sociedade excludente. Será esta, como pretende, a história da vida privada de mulheres públicas?

Talvez se situe aí, na avaliação que faz dos fragmentos que elege como pistas privilegiadas para o desvendamento da auto-representação do grupo estudado, a razão desta ausência. Inspirada no exemplo de Michelle Perrot que, ao estudar as mulheres do século XIX recorre aos registros presentes nas atas familiares - os *livres de raison* -, Beatriz Kushnir trata as atas das associações de cântens e polacas como documentos da vida privada. Ora, embora não pertencessem ao mesmo espaço público onde se exerciam as atividades da prostituição, as associações tinham também um caráter público e oficial. Neste aspecto, inclusive, residia a sua eficácia enquanto estratégia de construção de uma identidade legítima que se contrapunha à da marginalidade. Mais que registros de uma história privada, portanto, poderiam ser melhor qualificados como registros de uma história privada da vida pública. Privada porque restrita ao grupo, e pública porque era também com a sociedade exterior que se estabelecia o diálogo. Enfim, uma história oficial do grupo sobre si mesmo. Assim, numa lógica de inversão, se a história oficial dominante oculta a "normalidade" e expõe a marginalidade, a história oficial do dominado, expõe a "normalidade" mas omite o que a outra desqualifica como marginal. Em ambas, o silêncio moralista. Em ambas, o não-dito. É este que se lê, na verdade, nas entrelinhas das linhas "duras e frias" dos registros burocráti-

<sup>3</sup> LESSER, Jeff. *O Brasil e a Questão Judaica* - imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

cos. É este que se depreende também das declarações do Sr. O., que durante mais de duas décadas foi contador da sociedade do Rio de Janeiro, e só muitos anos depois foi descobrir o teor do trabalho de seus sócios.

Ansiosa por desmontar o tabu e as imagens estereotipadas que pesam sobre os imigrantes judeus envolvidos com a prostituição, a autora acaba por transformar a empatia de que fala Pollak em cumplicidade com seu objeto. Só assim se compreende que um trabalho sobre o tráfico de escravas brancas não trate senão periféricamente de questões relativas à prostituição e que, ao longo do texto, solidariedade e religiosidade sejam as palavras-chave, mal dando espaço para a presença de termos como sexualidade, comércio e violência.

Buscando fugir ao tabu e ao estigma, numa verdadeira operação de resgate, o trabalho de Beatriz Kushnir assume um tom deliberadamente missionário. Já o título de sua apresentação previne o leitor de seu objetivo de "exorcizar demônios". Este, se for atento, retornará à epígrafe, retirada de um texto de Robert Darton e lá encontrará a frase que parece inspirar o espírito da pesquisa, esclarecendo a maneira como Beatriz encara a sua tarefa intelectual: "Os historiadores voltam desse mundo (o passado) como missionários que partiram para conquistar culturas estrangeiras e agora retornam convertidos, rendidos à alteridade dos outros".

*Baile de Máscaras* possui, sem dúvida, um mérito indiscutível. Ganha-se, com a sua leitura, uma visão nova e mais humana de um mundo condenado às sombras. Perde-se, no entanto, a

possibilidade de perceber esta humanidade em sua manifestação mais complexa, isto é, mais ambígua. Polacas e cáftens, é o próprio livro de Beatriz quem nos mostra, eram capazes de conciliar coisas aparentemente tão contraditórias quanto religiosidade e comércio do corpo, encontrando um modo original de negociação entre o sagrado e o profano. É magistral, a este respeito, a transcrição de um trecho de uma entrevista com Becca, uma das polacas: "D. Becca, afinal de contas vocês só tinham clientela *gol*, e vocês faziam questão de serem judias de qualquer maneira". Aí ela se virou e disse uma frase genial: "Olha, o freguês podia ser *treif*, mas o dinheiro era *kosher*" (p. 151)<sup>4</sup>.

Ultrapassar o estigma sem silenciar sobre ele talvez exija um outro tipo de reconhecimento, que não exorciza e sim incorpora. Aquele que Julia Kristeva aponta quando, ao falar do estrangeiro - figura do Outro que nos ameaça e assusta porque nos confronta com nossos limites -, sugere que recoloquemos a questão e, ao invés darmos "acolhida do estrangeiro no interior de um sistema que o anula", permitamos a coabitação, em nós, "destes estrangeiros que todos reconhecemos ser"<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> *Gói* é a designação em língua ídiche para não-judeus; *treif* é uma palavra hebraica para sujo e *kosher*, também em hebraico, significa bom para o consumo, purificado segundo as leis sagradas.

<sup>5</sup> KRISTEVA, Julia. *Étrangers à Nous Mêmes*. Paris: Gallimard, 1988. Tradução da autora.